

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO RECIFE

CURSO DE BACHARELADO

DIREITO CONSTITUCIONAL

PROGRAMA DE ENSINO

3.^a CADEIRA DO 2.^o ANO

APROVADO PELA CONGREGAÇÃO

1960



3.^a CADEIRA DO 2.^o ANO
DIREITO CONSTITUCIONAL.

I

A Ciência do Direito Constitucional

1. Conceito, objeto e tendências do Direito Constitucional.
2. Fontes do Direito Constitucional.
3. As regras do método político.
4. Técnica e Hermenêutica constitucionais.

II

5. Realidade social e constituição.
6. Conceito de constituição.
7. Preâmbulo das constituições.

8. Tipos de constituição.
9. Do poder constituinte.
10. Origem das constituições.
11. As constituições modernas.
12. As causas sociais e econômicas da evolução política brasileira.
13. História constitucional do Império.
14. A 1.^a República.
15. A 2.^a República.
16. A Ditadura.
17. Realidade prática da constituição de 1946.
18. Emendas e leis complementares à constituição de 1946.
19. As disposições gerais da constituição.
20. As disposições transitórias da constituição.
21. O princípio da supremacia da constituição e o problema da sua reforma, emenda ou revisão.

22. O princípio da supremacia da constituição e o controle da constitucionalidade das leis.

III

O Princípio Democrático

23. Formas de Governo.
24. O conceito da democracia.
25. Tipos de democracia.
26. Formação histórica e desenvolvimento da democracia.
27. O regime representativo.
28. O mandato político.
29. O bicameralismo.
30. O regime diretorial.
31. O parlamentarismo.
32. O presidencialismo.
33. Os sistemas eleitorais.
34. A representação proporcional.

35. O voto feminino.
36. O voto do analfabeto.
37. O sistema eleitoral brasileiro.
38. Os partidos políticos.
39. Os partidos políticos na nação brasileira.
40. Elegibilidade, inelegibilidade e incompatibilidade eleitorais.

IV

O Princípio do Federalismo

41. Conceito do Estado.
42. O problema da soberania.
43. Formas de Estado.
44. Conceito de Estado Federal.
45. Origem do Estado Federal.
46. Regime das relações entre a União e os Estados-membros.
47. Os Estados-membros.

48. O Distrito Federal.
49. Os Territórios federais.
50. Da intervenção federal.
51. Do município.
52. Discriminação de competências entre a União, os Estados-membros e os Municípios.
53. Divisão de rendas.
54. O impôsto, a taxa e a contribuição de melhoria.

V

O Princípio Liberal

55. O conceito de liberdade.
56. Nacionalidade e cidadania.
57. Os direitos do homem.
58. As garantias constitucionais.
59. O júri.
60. O habeas-corpus.

61. O mandado de segurança.
62. Dos funcionários públicos.
63. Responsabilidades das pessoas de direito público pelos atos dos funcionários.
64. As forças armadas.
65. A separação de poderes.
66. As delegações legislativas.
67. Da segurança nacional.
68. O estado de sítio.
69. O direito de revolução.

VI

O Princípio Socialista

70. O conceito do socialismo.
71. A igualdade diante da lei.
72. O sindicalismo.
73. A reforma agrária.

74. O nacionalismo e a nacionalização das atividades econômicas.
75. Socialização dos meios de produção.

VII

O Govêrno Presidencial na Constituição brasileira de 1946

76. A natureza do govêrno presidencial.
77. Do Poder Legislativo e seus órgãos.
78. A Câmara dos Deputados.
79. O Senado Federal.
80. As imunidades parlamentares.
81. Do mandato, sua perda e renúncia, incluindo o problema da renúncia em direito político.
82. Das leis.
83. O orçamento.
84. O direito parlamentar.
85. As comissões parlamentares.
86. O regimento interno das Assembléias.

87. Do Poder Executivo e seus órgãos.
88. O Presidente e o Vice-Presidente da República.
89. Os Ministros de Estado.
90. As atribuições do Presidente da República.
91. A sanção e o veto.
92. O decreto e o regulamento.
93. Do impeachment.
94. O Poder Judiciário e seus órgãos.
95. Organização e competência do Supremo Tribunal Federal.
96. O recurso extraordinário.
97. O Tribunal Federal de Recursos.
98. A Justiça Militar.
99. A Justiça Eleitoral.
100. A Justiça do Trabalho.
101. O Tribunal de Contas.

102. A justiça dos Estados.

103. O Ministério Público.

VIII

Da Ordem Econômica-social e da Cultura na Constituição Brasileira

104. Do Estado liberal ao Estado social.

105. A ordem econômico-social na Constituição brasileira de 1946.

106. Legislação do trabalho.

107. Planificação social.

108. A legislação anti-trust.

109. O impôsto progressivo sôbre a renda.

110. O conteúdo social da propriedade.

111. A ordem econômico-social e a proteção da família.

112. O divórcio.

113. O problema da educação e da cultura.

IX

As Tendências do Estado Moderno

114. As diretrizes do Estado contemporâneo.
115. As democracias sociais do Ocidente.
116. A democracia social americana.
117. A república francesa.
118. O Estado parlamentar inglês.
119. O fascismo.
120. O Estado soviético.
121. A China marxista.
122. As democracias populares.
123. Os novos Estados da Ásia.

X

Filosofia Política

124. Forma de govêrno e concepção filosófica do mundo.
125. Dinâmica social e evolução política.
126. O destino da democracia brasileira.

127. A democracia socialista.
128. A democracia parlamentar.

XI

A Constituição de Pernambuco

129. Histórico das diversas constituições de Pernambuco.
130. Análise da Constituição de Pernambuco de 1947.

Faculdade de Direito da Universidade do RECIFE,
janeiro de 1960.

Prof. Luiz Pinto Ferreira

Catedrático.

127. A democracia socialista

128. A democracia parlamentar

XI

A Constituição de Pernambuco

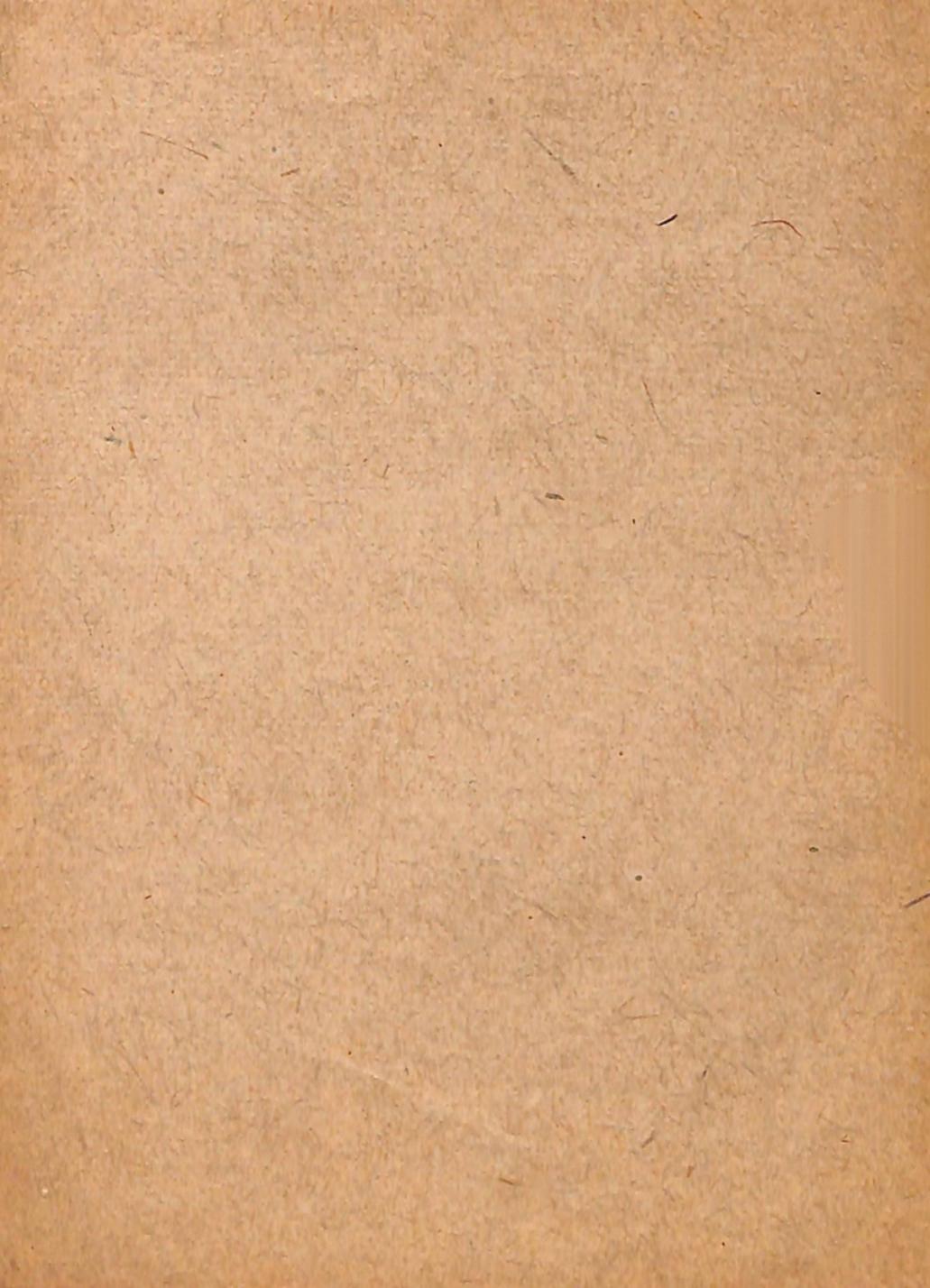
129. História das diversas constituições de Pernambuco

130. Análise da Constituição de Pernambuco de 1947

Trabalho de Direito da Universidade de Recife
Janeiro de 1950.

Prof. Luiz Rômulo Faria

Catedrático





Imprensa Universitária